



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira  
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

### PROVA DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

Setor

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Candidato

ISABELLA MARIA COELHO VELOSO

Frase

"Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes." Paulo Freire

Reescreva a frase

"Não há saber mais ou saber  
menos: Há saberes diferentes."  
Paulo Freire

Nº Identificador

19258

"Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes."  
Paulo Freire.

Questão 1:

Antes de relacionar os termos solicitados, faz-se necessário compreender o contexto que levou o Decreto nº 611/11 a ser escrito. Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, acende-se a questão acerca da diversidade em torno do ser humano e o respeito a esta diversidade. Mas, a passos lentos a temática foi sendo debatida, até que em 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien - Tailândia, é publicado um documento contemplando de forma mais clara a necessidade da construção de um novo paradigma educacional onde todos pudessem ser contemplados. No Brasil, no mesmo ano, é promulgada a Lei 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente, onde garante a obrigatoriedade da matrícula de crianças e adolescentes na rede regular de ensino. Nasce então, de fato, o embrião da inclusão escolar, uma vez que, até então, as pessoas com deficiência, quando enviadas à escolarização, eram às instituições especializadas. Em 1994 ocorre a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, onde a Declaração de Salamanca é assinada, assegurando o direito de toda criança à educação, valorizando sua individualidade, características, necessidades e habilidades. É legitimada então a inclusão das crianças com deficiência nas escolas, sendo este o marco para o desenvolvimento das políticas públicas de educação especial. No Brasil é promulgada a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que traz a educação especial como modalidade

de ensino e situa o público alvo da educação especial: pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, pessoas com altas habilidades/superdotações. A partir daí a educação especial passa a estar na agenda política com mais frequência, e em 1999, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais passa a ser concebido com mais robustez a adaptação curricular como forma de inclusão nas escolas. As discussões foram inúmeras e os 10 anos seguintes foram marcados por várias propostas de como se trabalhar com crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar. Os principais debates eram em torno do currículo e como adaptá-lo a fim de promover a inclusão e não perder a qualidade do que precisa ser ministrado. Paralelo a isso, em 2002, a LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, é reconhecida como forma de comunicação e expressão e é inserida no currículo das licenciaturas e o Sistema Braille, para dar acessibilidade comunicacional aos cegos, tem a indicação de ser usado em todo o território nacional. Foi sendo construído assim um novo paradigma de educação escolar: a educação inclusiva. Nesta nova perspectiva faz-se necessário integrar a prática pedagógica, recursos, instrumentos, linguagem, arquitetura escolar e metodologias a fim de promover a inclusão do estudante público alvo da educação especial. Mantendo-se na linha do tempo, em 2008 é publicada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, e que traz com bastante clareza a necessidade da adaptação curricular e o trabalho colaborativo. Os anos seguintes continuam em ritmo à luz da década anterior, incluindo o Plano Nacional de Educação

de 2014, Lei 13.004, que trata da garantia do sistema educacional incluído em todos os níveis, etapas e modalidades. Posterior a essa lei foi dada continuidade a outras publicações com foco no direito da pessoa com deficiência, mas quero agora deter-me no objeto da questão, haja vista que ter subsídios para relacionar as palavras/termos currículo, inclusão e acessibilidade de maneira contextualizada. Há pouco citei o trabalho colaborativo como estratégia pedagógica pontuada na Política Nacional. A legislação ora trazida carrega em seus textos, quando da educação especial, que seja preferencialmente realizada na escola regular. Traz também a regulamentação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de multirecursos. Assim, durante muito tempo o trabalho de inclusão era realizado na exclusão do interior escolar, onde os alunos público alvo da educação especial não participavam da dinâmica da sala regular. O trabalho colaborativo traz uma proposta diferenciada, articulando o currículo (~~curriculum~~) planejado conjuntamente entre o professor especialista de educação especial e o professor regular, e as estratégias acessíveis a fim de promover a inclusão de todos os alunos no ambiente regular de ensino: a sala de aula. Quando necessário de maneira complementar ou suplementar a sala de multirecursos pode e deve ser utilizada, mas o locus de aprendizagem do aluno público alvo da educação especial passa a ser a sala de aula e os ambientes planejados para toda a turma. Desta forma, currículo, inclusão e acessibilidade passam a ser o tripé deste novo paradigma de educação, "fundamentado na concepções de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença, como valores indissociáveis" (Política

Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasil, 2008).

Questão 2:

RPM

A formação inicial de professores precisa ser montada a partir de dois blocos: o professor pedagogo e o professor licenciado especialista. O currículo básico da formação do professor pedagogo contempla, ainda de maneira insuficiente, mais horas destinadas à educação inclusiva do que o de formação do professor especialista. Além desse aspecto, faz-se necessário também pontuar sobre qual paradigma educacional os dois blocos incluem conhecimentos sobre o processo de ensino e de aprendizagem. Parece-me que manter as disciplinas de educação especial, como único espaço para o diálogo da educação especial mantém-se o formato excludente que queremos desconstruir. Não que as disciplinas específicas de educação especial não sejam importantes, pelo contrário, são poucas, haja visto a necessidade de considerar um entendimento mais profundo sobre o assunto e tecnicamente mais bem preparados. A questão é que mesmo os professores pedagogos que têm uma carga horária obrigatória maior de assuntos sobre a educação inclusiva, em relação aos professores especialistas, ambos têm revelado que não estão aptos para discutirem ou trabalharem sob esta perspectiva. Volto a afirmar que me parece que por parte pelo modelo mental de conceber a formação inicial dos professores, quando são inseridos em suas graduações sem conhecer a diversidade em sala de aula, mesmo sendo uma disciplina de ensino de ciên-

rias ou geometria aplicada, como se, educação inclusiva, adaptação curricular, estratégias de acessibilidade não fossem discutidas no âmbito da disciplina de educação especial e LIBRAS, que juntas somam no máximo 180 horas, das mais de 3 mil horas da graduação nas licenciaturas. Quanto à formação continuada penso ser um instrumento valioso de aprimoramento e troca de experiências. Contudo há dois pontos que a fragilizam e não observáveis: a segregação da formação continuada por área/especialidade e o tempo destinado à troca de experiência. Segregar os profissionais para a formação continuada é perpetuar o que considero um erro da formação inicial. Assim, os professores especialistas não poderão ou não estarão em formação com temáticas da educação inclusiva ou o inverso, não construindo a ponte necessária da realização da práxis, onde por meio da reflexão sobre a ação que poderei redirecionar minha prática pedagógica. Mas como se oportuniza redirecionar a prática pedagógica se os professores estão entre iguais no campo do saber? O que promove a desacomodação e a promoção da aprendizagem é o diferente. Dizemos que fazemos isso com nossas crianças e adolescentes, mas temos dificuldades em fazermos para nós mesmos, professores "aprendentes" do dinamismo da realidade. Quanto ao tempo destinado à troca de experiência e planejamento compartilhado, identifico este como espaço de consolidação da formação continuada. Assim, destinar tempo à formação continuada, eficaz é contemplar espaço para a troca de experiência e planejamento compartilhado a fim de se concretizar as estratégias

de acessibilidade ao currículo na sala regular, no caso da educação inclusiva.

Questão 3:

R P H

Proposta para Educação Infantil:

Turma: Infantil, IV / Pré- II / alunos de 4 anos.

Objetivos de aprendizagem: animais que vivem na água, na terra, e no ar; habitats dos animais.

Estratégias: Por meio da música, "Peixe 1900", introduzir o diálogo sobre os habitats dos animais.

↳ adaptação: ~~com o uso de recursos~~ cantar em LIBRAS para que os alunos surdos tenham acesso ao recurso da aula.

Obs.: caso tenha aluno surdo, faz-se necessário um intérprete, caso o professor não saiba LIBRAS, desde o início, não só para a música. Como aqui é um recorte, uma proposta, pontuarei a adaptação, mesmo sabendo que ela precisa estar inserida organicamente na sala de aula.

• Apresentar várias figuras de animais em seus habitats.

↳ adaptações: aos alunos cegos, contornar os animais com barbante e texturizar os ambientes (areia, flocos, gel ou água, etc).

Obs 2: Lembrando que essa adaptação enriquece o currículo para todos os alunos, concretizando a ideia de educação inclusiva, para todos, não só com adaptações curriculares, como com enriquecimento curricular.

• Construir um mural tátil, dos animais e seus habitats. Em espaço do tamanho de uma folha de isopor, cada mural será criado, classificando os habitats como água, terra e ar. Para a água poderá ser feito

um aquário dentro de uma caixa com gel ou material semelhante, para a terra poderá ser colado no painel ou também feita uma caixa com areia dentro e para o ar sair como móvel, afinal os animais estarão voando.

Resalte a necessidade de um profissional intérprete de LIBRAS em caso de turma com aluno surdo. Caso a turma seja numerosa, acima de 10 alunos e tenha crianças com necessidades especiais na sala, é importante que o professor(a) tenha um(a) auxiliar, a fim de garantir a atenção devida a todos em sua singularidade.

Pontos a serem considerados para avaliação da aprendizagem:

- compreensão que existem diferentes animais.
- compreensão que existem diferentes habitats.
- compreensão das adaptações físicas dos animais a fim de viverem naquele habitat.

Proposta para Ensino Fundamental

Turma: 3º ano

Componente curricular: geografia

Assunto: Território local. | Meu bairro | Espaço urbano

Objetivos de aprendizagem: • compreender que a cidade é dividida em bairros; • compreender o funcionamento e dinâmica desse espaço geográfico.

Estratégias:

1. Sentados em círculo, recortar fotos diversas de espaços geográficos urbanos.

Obs. 1: destacar a necessidade de contextualizar o urbano e o rural, que a divisão em bairros é feita em espaços



urbanos, etc.

Obs 2: Faz-se necessário intérprete de LIBRAS caso haja aluno surdo na sala.

Obs 3: Faz-se necessária a descrição da figura de forma detalhada para o aluno cego. Pode inclusive tornar algumas em alto relevo com barbante, no caso de figuras com cruzamentos de ruas, pontos turísticos como Cristo Redentor ou Pão de Açúcar, por exemplo.

2- Faremos um diálogo sobre que espaços são aqueles e se acham parecidos com os que eles moram, se são espaços familiares, etc.

3. Será apresentado o mapa da cidade com divisão dos bairros.

Obs 1: Aqui o mapa priorizará a divisão dos bairros sem detalhes das ruas, se possível com cores diferentes por bairro, para facilitar a identificação. O objetivo é dar acesso a noção do todo do espaço geográfico.

Obs 2: Fazer o mapa usando barbante para dividir os bairros, tornando-o tátil.

4. Por fim, em duplas, construirão a representação do seu bairro em tamanho de folha A4. Cada um com uma folha. No contexto podem usar além de canetas e lápis, barbantes, cola, areia, folhas secas, botões, gravetos etc. Esses materiais podem ser coletados sistematicamente pelos alunos e professores e colocados à disposição na sala de aula, às atividades.

Obs 1: Caso tenha aluno cego, ele precisará de ajuda inicial para compor os limites do espaço geográfico, aos poucos ele poderá ir construindo seu espaço geo-

gráfico do bairro com mais autonomia.

Pontos a serem considerados para a avaliação da aprendizagem:

- Construção do conceito de espaço urbano
- Noção do conceito de divisão geográfica e a compreensão do bairro na cidade.
- Identificação da composição do bairro: ruas, estabelecimentos comerciais, escolas, pontos turísticos, etc.
- Representação dos elementos do bairro.

Obs 1: Observar a criatividade e as relações interpessoais na atividade coletiva.

Obs 2: Observar a autonomia e seu progresso no caso do aluno cego e a produção do espaço geográfico.

Obs 3: Faz necessária a presença do intérprete de LIBRAS durante todo o processo no caso de ter alunos surdos.

Obs 4: Caso haja alunos com outras necessidades especiais de aprendizagem, elas não contempladas pelas adaptações propostas, faz-se necessário conhecer antes o perfil do aluno para que se possa propor um redirecionamento da proposta.